



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

ATA NÚMERO 72/XII/ 2.ª SL

Aos vinte e seis dias do mês de Setembro de 2012, pelas 18 horas e 20 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do ex-Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

2. Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados;

3. Distribuição do projeto de lei n.º 280/XII/2.ª (BE) - Designação e destituição do Conselho de Administração da RTP pela Assembleia da República:

Relator (a): Deputado(a) (PS);

4. Apreciação da nota de admissibilidade e nomeação do relator da Petição n.º 165/XII/1ª - Solicitam que seja instalado um emissor/retransmissor TDT na Freguesia de Corte do Pinto:

Relator (a): Deputado(a) (CDS/PP);

5. Deliberação sobre o acompanhamento da seguinte iniciativa europeia, remetida pela Comissão dos Assuntos Europeus: Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária - Voluntários da UE - «EU Aid Volunteers» [COM (201) 514]. Esta iniciativa tem ainda associados os seguintes documentos: Avaliação de Impacto [SWD (2012) 265] e Resumo da Avaliação de Impacto [SWD (2012) 266].

Relator (a): Deputado(a);



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

6. Apreciação e votação das Atas nºs 60, 61, 63 e 64;

7. Outros assuntos.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, informou os Senhores Deputados que o primeiro ponto da Ordem do Dia, que se refere à audição do ex-Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, se faria no final da sessão, iniciando-se esta, com a análise do ponto 2.

Mais adiantou que, na audição estaria presente o ex-Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, Guilherme Costa, sendo que o ex-Administrador José Lopes Araújo se encontra ausente no estrangeiro e a ex-Administradora, Luiana Nunes tinha uma reunião à mesma hora, pelo que estavam ambos impossibilitados de comparecer.

Trataram-se de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

O Senhor Presidente dirigiu-se aos membros da comissão e, sobre a grelha de distribuição das iniciativas legislativas, que durante a primeira sessão legislativa, integravam tanto as nacionais como as europeias, propôs aos Senhores Deputados, que a partir desta segunda sessão legislativa, fossem as iniciativas legislativas europeias distribuídas através de uma grelha autónoma, sendo que esta proposta foi acolhida por unanimidade pela Comissão.

Dando-se sequência à reunião, e no âmbito do terceiro ponto da Ordem do Dia, ficou designada relatora do projeto de lei n.º 280/XII/2.^a (BE) - Designação e destituição do Conselho de Administração da RTP pela Assembleia da República -, a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS).



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

Quanto ao quarto ponto da Ordem do Dia, foi apreciada e votada a nota de admissibilidade da Petição n.º 165/XII/1ª – “Solicitam que seja instalado um emissor/retransmissor TDT na Freguesia de Corte do Pinto”, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo sido designada relatora, a Senhora Deputada Margarida Netto (CDS-PP).

O Senhor Presidente, Deputado Mendes Bota, no âmbito do quinto ponto da Ordem do Dia, colocou à consideração da Comissão a decisão de escrutinar ou não a iniciativa europeia, remetida pela Comissão dos Assuntos Europeus: Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, que cria o Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária - Voluntários da UE - «EU Aid Volunteers» [COM (201) 514].

Tendo sido acolhida pela Comissão a decisão de escrutínio desta iniciativa europeia e, tendo em consideração a nova grelha de distribuição, a Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD) informou o Senhor Presidente que seria, posteriormente, indicado pelo Grupo Parlamentar do PSD, o nome do relator.

No que concerne ao sexto ponto da Ordem do Dia, as atas n.ºs 60, 61, 63 e 64 foram aprovadas por unanimidade.

Às 18h e 55m

1 - Audição do ex-Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Dando início à audição, e nos termos do primeiro ponto da Ordem do Dia o Senhor Presidente, Deputado Mendes Bota, agradeceu a presença do Senhor ex-Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, Guilherme Costa.

COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

Seguidamente, o Senhor Presidente fez a descrição da grelha de perguntas e respostas a ser utilizada durante a audição, referindo-se a uma primeira ronda de perguntas de cinco minutos cada, por cada Grupo Parlamentar, com resposta consecutiva do Senhor Guilherme Costa, e uma segunda ronda de perguntas de três minutos para cada Grupo Parlamentar, com uma resposta global do audiente.

Na primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados, Inês de Medeiros (PS), Paulo Rios de Oliveira (PSD), Raúl de Almeida (CDS-PP), Bruno Dias (PCP) e Catarina Martins (BE).

Após apresentar os argumentos que motivaram o requerimento para a realização da audição, a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) questionou o audiente sobre:

- Se bastaria um canal de televisão para cumprir a prestação de serviço público e se conhecia algum país com um único canal de serviço público, com exclusão de Malta;

- Qual o custo da RTP1;

- Se a dívida da RTP ao Defer Bank se encontra saldada;

- Se concorda que Portugal é o país onde é mais caro emitir, considerando os valores registados no relatório e contas da RTP, nomeadamente 4,4 milhões de euros pagos à EDP pelo serviço de cobrança da taxa de audiovisual e 7 milhões de euros pagos à PT para emitir;

- Se está a ser cumprido o plano de sustentabilidade económica e financeira, com base numa ilegalidade, dado que a lei da televisão não permite a eliminação de um canal.

O Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD), questionou o audiente sobre:

- Se no seu entender era possível cumprir o plano de sustentabilidade económica e financeira racionalizando os custos;

- Como fez a ponderação da indemnização compensatória para o ano de 2012;

- Quanto custou aos portugueses a RTP, como serviço público, em 2011;

- Como explica a aparente contradição do ex-Conselho de Administração que foi reconduzido pelo novo Governo, cujo programa contemplava a privatização de um canal e, colocado perante um dos cenários possíveis, concretamente



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

sobre a possibilidade de se contratualizar a concessão, chega à conclusão que tem que apresentar a demissão.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP), questionou o Senhor Guilherme Costa quanto:

- Ao número de canais em sinal aberto que mantém viável económica e financeiramente o serviço público de televisão e de rádio;
- Ao projeto do Conselho de Administração a que presidiu para a RTP Madeira e RTP Açores, e em que formato, no quadro de sustentabilidade económica e financeira;
- Ao leque de salários milionários, muito acima do salário do Presidente da República;
- Às vias que viu no passado, e quais as que aponta para o futuro, quanto à contratação de serviços externos e ao melhor aproveitamento dos meios disponíveis na RTP.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) questionou o audiente sobre:

- Se tem mais para anunciar que se encontre para além das expectativas numéricas enunciadas no plano de sustentabilidade económica e financeira;
- A política concreta a seguir na RTP Madeira e RTP Açores que vá para além da leitura do plano;
- O que, materialmente, foi feito quanto à estrutura técnica da RTP na sequência da adaptação que o Governo encomendou ao Conselho de Administração a que presidiu;
- Que grelha, quais os programas e conteúdos que iremos ter a partir de janeiro de 2013.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE), no âmbito da sua intervenção, colocou as seguintes questões:

- Quais os planos que eram do conhecimento do Conselho de Administração a que presidiu, se havia mais planos e se tinha conhecimento do projeto de António Borges, em concreto sobre a concessão do canal público de televisão;



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

- Conhecendo-se a tutela formal da RTP na pessoa do Senhor Ministro Miguel Relvas, quem tem realmente a tutela sobre a RTP, e com quem reunia o Conselho de Administração;

- Considerando a lei da televisão, e concretamente o artigo 52º que determina a obrigatoriedade, para o serviço público de televisão, da existência de dois canais generalistas em sinal aberto, como se poderá em Janeiro de 2012 ter só um canal, quando é a Assembleia da República que tem competência para alterar esta lei.

O Senhor ex-Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, Guilherme Costa, respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções.

Na segunda ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), Carla Rodrigues (PSD), Vera Rodrigues (CDS-PP), Bruno Dias (PCP) e Catarina Martins (BE).

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) colocou as seguintes questões:

- Se há mais documentos para além das quatro folhas que contém a nota de intenções a que a Assembleia da República teve acesso;

- Onde estão os fundamentos que legitimam o prosseguimento do plano de sustentabilidade económica e financeira (PSEF).

A Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD), durante a sua intervenção, colocou as seguintes questões:

- Se tem como definitivo a concessão, que continua a ser um dos cenários possíveis, adiantando que lamentava o ato de demissão com base num cenário;

- Qual a taxa de execução do PSEF;

- Qual o legado que é deixado ao novo Conselho de Administração da RTP.

A Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) questionou o audiente sobre o futuro do centro de produção do Porto.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) questionou o Senhor Guilherme Costa sobre:

- O que vai acontecer ao serviço público de rádio;



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

- A razão que determina que o acesso ao serviço público de televisão seja dependente do pagamento aos operadores de cabo ou de satélite.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) questionou o audiente sobre se a sua demissão decorre da decisão da concessão, uma verdadeira parceria público-privada, e de quem é a tutela da RTP.

No final desta ronda, o Senhor Guilherme Costa respondeu em bloco ao conjunto de questões colocadas pelos Senhores Deputados.

A presente reunião foi gravada, existindo o seu registo áudio disponível para consulta, razão pela qual se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às vinte horas e quarenta minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 Setembro 2012.

O PRESIDENTE

(MENDES BOTA)



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes
Ana Sofia Bettencourt
Bruno Dias
Carla Rodrigues
Catarina Martins
Francisca Almeida
Inês de Medeiros
Jacinto Serrão
João Portugal
Luís Pita Ameixa
Manuel Seabra
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Paulo Rios de Oliveira
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Filipe Neto Brandão
João Lobo
Nuno Encarnação
Pedro Delgado Alves
Vera Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Glória Araújo
Lídia Bulcão
Odete Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
Sérgio Azevedo

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 04/12/2012